

Razão, regulação e ritmos nas interações discursivas

. Jairo Ferreira¹

RESUMO

A compreensão dos processos cognitivos em interações discursivas nos marcos do estruturalismo genético de Jean Piaget permite uma síntese entre a compreensão dos processos lógicos e operatórios sugeridos pelo racionalismo, das regulações sociais através da negociação e contratos entre os interlocutores conforme a análise do discurso (Charaudeau) e dos ritmos (inclusive os rituais) observados pela antropologia. O artigo discute esta perspectiva genética e depois, por inferência, sugere ligações teóricas e de método para análise sócio-cognitiva do discurso.

SOMMAIRE

La compréhension des processus cognitifs dans des interactions discursives en bornes du structuralisme génétique de Jean Piaget permet une synthèse entre la compréhension des processus logiques et opératoires suggérés par le rationalisme, des règlements sociaux par la négociation et les contrats entre les interlocuteurs selon l'analyse du discours (Charaudeau) et des rythmes (y compris les rituels) observés par l'anthropologie. L'article discute cette perspective génétique et plus tard, par l'inférence, il suggère les points d'attache théoriques et de la méthode pour l'analyse socio-cognitive du discours.

Palavras-chave

cognição, interação e discurso

1. A perspectiva do estruturalismo genético

A perspectiva piagetiana se refere à estrutura como algo que existe através das interações. Em segundo lugar, são construídas pelos sujeitos, mesmo que não tenham consciência da obra construída (o que lembra a perspectiva marxista). Em terceiro lugar, são genéticas: toda estrutura tem uma gênese, e toda a gênese resulta de uma estrutura.

¹ Jairo Ferreira é jornalista. Professor do Centro de Ciências da Comunicação da Unisinos. Doutorando em Informática na Educação - UFRGS. Orientação: Margaret Axt (UFRGS), Silvia Parrat Dayan (Arquivos Jean Piaget - Universidade de Genebra) e Daniel Peraya (Tecfa - Universidade de Genebra). E-mail: ferreira@netu.unisinos.br

Em quarto lugar, tem um funcionamento, sendo a dialética entre estrutura e funcionamento central na compreensão do desenvolvimento (gênese, história e construção) das próprias estruturas.

Sua formulação constata e assume o que considera os aspectos comuns a todos os estruturalismos: a “esperança de inteligibilidade” do real, “fundada sobre o postulado que uma estrutura é suficiente por si mesma e não requer, para ser compreendida, o recurso a elementos estranhos a sua natureza” (1996, p. 6), mesmo que a validade de uma estrutura só seja passível de demonstração pela posterior (teorema de Gödel); e a evidência de características gerais apesar das variações específicas dos eventos analisados.

Piaget vai acentuar três características centrais no seu conceito de estrutura: a totalidade, a transformação e auto-regulação presentes no real, natural e social (incluindo os produtos sociais estruturados), e nas interpretações de mundo. Com esta formulação, Piaget (1979, p. 7) acentua sua oposição às concepções atomistas, incluindo o behaviorismo na psicologia, mas também às concepções que pensam a totalidade como emergente e sobredeterminando as interações entre as partes (incluindo aqui o insight da Gestalt, uma totalidade que emerge e sobredetermina, e o fato social de Durkheim). Com seu conceito de totalidade, Piaget demarca a superação do substrato ‘emergência’ pelos conceitos de gênese e transformação, auto-regulados através de ritmos, regulações e operações.

A busca de uma síntese é assim definida por ele:

além dos esquemas de associação atomísticas - diz ele - e os de totalidade emergentes, existe uma terceira posição, que é esta do *estruturalismo operatório*: é esta que adota de saída uma *atitude relacional*, segundo à qual o que conta não é nem o elemento nem um todo que se impõe como tal sem que saibamos precisar como, mas as relações entre os elementos, dito de outra forma os *procedimentos e processos* de composição (conforme a gente fale de operações intencionais ou de realidade objetivas), sendo que o todo não é mais do que resultante destas relações ou composições onde as leis são estas do sistema. (p. 9).

O segundo aspecto importante desta totalidade é relativo às leis de composição da estrutura. São estas leis que estabelecem as condições de inclusão e exclusão frente a uma determinada estrutura. Por exemplo, criticando Saussure, Piaget diz que inclusive a língua não é imóvel: o sistema aceita ou rejeita as inovações conforme determinadas necessidades da própria estrutura (o que será melhor elaborado por Chomsky - a

gramática transformacional - e, pensamos, pela teoria semiolinguística do discurso de Patrick Charaudeau - o que discutiremos adiante). Como a semiótica saussuriana, a “esperança de todos os estruturalismo anti-históricos e antigenéticos é de assegurar em definitivo as estruturas sob fundamentos intemporais tais quais os sistemas lógicos matemáticos” (1996, p. 12). Entretanto, veremos que - para Piaget - os processos linguísticos, sociais e psicológicos se aproximam mais da temporalidade e que os distingue dos sistemas lógicos matemáticos.

O terceiro aspecto das estruturas - a auto-regulação - nos informa que as estruturas se regram por si mesmas, criando suas próprias leis, possibilitando a conservação e um fechamento em torno de si. Neste sentido, as estruturas resultantes não nos conduzem para fora de suas fronteiras, mas engendram - diz Piaget - elementos que pertencem sempre a estrutura, conservantes de suas leis (p. 13). Neste sentido, podemos afirmar que as estruturas são reprodutivas. Os próprios campos de conhecimento, afirma, são muitas vezes definidos por esta auto-regulação. Se as próprias estruturas são reprodutivas, a razão - uma expressão das estruturas lógicas - seria reprodutiva? Neste caso, que elementos possibilitariam a abertura da razão a novas possibilidades de interações sociais? Ou, inversamente, em que situação a razão permitiria a ultrapassagem da reprodução? São questões provisórias que deixamos em suspenso para discussão posterior. Buscamos uma resposta referenciada em Piaget, mesmo que este raramente fale em razão ou racionalidade. Mas quanto se refere a este termo ele ocupa o lugar de cognição, ou estruturas cognitivas (ver, por exemplo, *Le Structuralisme*, p. 70, quando discute com Chomsky). Nós situamos o termo razão como idêntico ao operatório piagetiano. Neste sentido, a razão pode ser implícita ou explícita, mas tem sempre uma expressão lógico e operatória.

1.1. Os níveis de auto-regulação

A auto-regulação, na perspectiva piagetiana, é variável. Há o que Piaget chama de regulação operatória, absolutamente formal e ideal, como as antecipações lógico-matemáticas. Ilustramos: se $+na -nb = 0$, então $na=nb$. Porém, os processos sociais não são estruturados como operações lógicas. Um caso simples é de uma interação entre duas pessoas, onde é impossível um fechamento lógico matemático de encadeamentos das ações visando objetivos afetivos ou sociais. Neste caso, as interações sociais são estruturadas através de regulações (que utiliza no sentido cibernético do termo). Nestas, não há reversibilidade temporal completa, o que impossibilita uma compreensão lógica operatória restrita: assim são as estruturas linguísticas, sociais, psicológicas, etc. (1996,

p. 15)². Neste caso, a regra não ocorre estritamente por operações inversas e recíprocas, mas através de um jogo de antecipações e retroações (feedbacks). Finalmente, há os ritmos, mecanismos mais simples, aos quais - diz Piaget - é impossível recusar a categoria de estruturas. Estes possuem regras de funcionamento fundadas na repetição e na assimetria. Portanto, podemos afirmar que há três níveis de estruturas, isto é, as operações, as regulações e ritmos são procedimentos essenciais de autoregramento e autoconservação das estruturas, como diz Piaget (1967, 1983, 1996).

1.1.1. As estruturas operatórias na vida social

Como pensar as estruturas operatórias nas interações sociais? E no pensamento social? Começaremos esta discussão mostrando a força e os limites impostos por uma perspectiva simplesmente lógica na análise da vida social. O formato operatório paradigmático em Piaget é o agrupamento. Este é um conjunto de elementos reunidos por operações de composição tal que, “aplicada aos elementos de conjunto”, nos oferecem novos elementos do conjunto. Assim é a adição. Como operação, sempre que aplicada a elementos quantitativos resulta em novo elemento do conjunto.

Mas o grupo não existe em si mesmo (Piaget, 1968, p. 15). Ele é estruturado através de operações que resultam de abstrações. Assim, uma abstração empírica nos permite identificar objetos através de suas características (tipo ‘as pombas tem asas’). Este tipo de abstração, entretanto, perde força explicativa quanto mais geral for o enunciado (tipo “as pombas tem olhos”). Por outro lado, a abstração reflexionante é construída por um pensamento lógico matemático retirado não dos objetos, mas da própria ação que os organiza (reunir, ordenar, medir, meter em correspondência, etc.). Exemplo é agrupamento de Klein, que na forma mais simples é um grupo de quatro transformações correspondente a quatro escaninhos de duas variáveis combinadas entre si na forma de afirmação e negações: AB, A~B, ~AB, ~A~B. Isto é, considerando duas proposições relativas a um determinado processo ou produto, teremos as quatro possibilidades lógicas.

Mas o mundo, como sabemos, não é composto por duas variáveis, nem reduzido a um limite pré-fixado de variáveis relativas a um determinado objeto. Por isso, a

² Usamos o conceito de marca no sentido de Patrick Charaudeau: “une portion de matière signifiante qui est le témoin formel provisoire d’un jeu d’ajustement entre du sens plus ou moins stable ... et du sens spécifique - construit par les circonstances de discours - dont la combinaison participe à l’enjeu discursif de l’acte de langage”. Ou seja, “uma porção de matéria significante que é testemunha formal provisória de um jogo de ajustamento entre um sentido mais ou menos estável ... e do sentido específico - construído pelas circunstâncias de discurso - onde a combinação (entre o estável e o específico) participa do jogo discursivo do ato de linguagem” (Charaudeau, 1983, p. 30) .

fronteira deste operatório é móvel. Esta mobilidade tem duas dimensões. Primeira, relativa à afirmação de Piaget sobre a formalização lógica em geral (1996, p. 31): as fronteiras da racionalidade na vida social não são fechadas de uma vez por todas “como uma muralha marcando as fronteiras de um império”. Enfim, as operações lógicas estão restritas ao caráter limitado dos conteúdos incorporados a elas. Quanto mais conteúdos incorporados à lógica, mais complexa a formalização. Daí, o rumo claro é da complexidade.

Caso típico é o uso das operações lógicas do grupo de Klein relativas a um determinado objeto. Assim, por exemplo, a teoria do valor na economia política: em Adam Smith, o valor é relativo ao trabalho; em David Ricardo, o valor é relativo ao trabalho e ao capital despendido; em Marx, o valor corresponde ao trabalho, mas é distribuído entre salário, capital despendido e mais-valia. No primeiro caso, as proposições (os conteúdos) relativas ao capital despendido e mais valia não estavam explícitas na formulação. No segundo caso, a (conteúdo) mais-valia não ingressa na reflexão. As negações, portanto, só podem ser pensadas a partir da terceira formulação, onde as três proposições estão presentes, integrando novos conteúdos diferenciados no conceito de valor. Aqui, a razão é um ponto de chegada que viabiliza o agrupamento dos anteriores.

O segundo aspecto é relativo ao teorema de Gödel. A força heurística deste teorema chegou inclusive no jornalismo, com Ciro Marcondes Filho (2000) utilizando-o para falar do “mito do tudo explicar” (p. 127). Enfim, cada sistema formal tem coerência, mas não é exaustivo. “Há uma incompletude básica nos sistemas”.

Terceiro, se refere ao caráter geométrico da descoberta de novas variáveis em relação a cada objeto social, o que implica sempre uma dificuldade geométrica, na medida em que o conjunto de combinações lógicas possíveis tendem ao infinito sempre que um novo elemento é agregado (as 16 possibilidades com duas proposições se transformam em 256 com três proposições, e assim por diante).

É neste sentido que as operações reflexivas enfrentam um impasse: ou carecem de fechamento, ou se quisermos os fechamentos serão sempre parciais já que operam com restrições conceituais. Ilustramos: Piaget pensará sempre com alguns conceitos-chave para formular suas pesquisas (acomodação, assimilação e adaptação; sensório-motor, pré-operatório e operatório; imitação, simbólico e operatório; etc.). Ou seja, mesmo para este genial pensador adepto do pensamento operatório, a integração dos conceitos num sistema de conjunto não foi realizada (por exemplo, o conceito de

schème terá sentidos diferentes em sua obra). Esta realidade parece consciente quando cita Ladrière: “nós não podemos examinar de um só golpe todas as operações possíveis do pensamento” (Ladrière, J., *Dialética*, apud Piaget, 1968). Na medida em que na vida social, todas as operações possíveis do pensamento individual se transformam em todas as operações possíveis do pensamento coletivo, a conclusão que podemos tirar é de que nem vários golpes podem resolver os problemas colocados. A esperança de Piaget neste aspecto está na modificação da capacidade mental dos indivíduos para a resolução de problemas.

1.1.2. Os troços da razão nas interações sociais

Nossa formulação, entretanto, vai no sentido de compreender que este processo de abertura de novas proposições e suas respectivas negações individuais, ou em série de duas, três ou mais ao mesmo tempo, caracteriza as interações discursivas em lista de discussão em determinadas temáticas, abrindo possibilidades interpretativas sem fechamento e coerência entre si. Não surgiria, no caso destas interações, um modelo lógico operatório que feche, integre as possibilidades, sintetizando as várias proposições abertas num determinado agrupamento. **A razão adquire aqui um estatuto irreduzível ao formato lógico matemático do agrupamento. É necessário pensá-la em outro sentido, de abertura de possíveis? Seria esta abertura de novas dimensões proposicionais um caminho de superação da reprodução? Seria a competência contratual regulatória o procedimento ideal de configuração racional das interações?**

Pensamos que esta dúvida que desenvolvemos não implica em negar qualquer lugar para as operações, inclusive quando falamos de interações sociais, em particular através do discurso. Não nos referimos aqui às interações sociais tematizadas pela economia política, incluindo a crítica à economia política (o que fica evidente nas teorias econômicas, inclusive crítica, que podem recorrer a algoritmos matemáticos para explicar as trocas sociais). Não estamos também nos concentrando nos termos específicos relativos ao conjunto de interações sociais desenvolvidas em torno da apropriação da natureza (às quais podem ser compreendidas na lógica da economia política, mas que podem ser pensadas dentro das condições sociais de produção em geral implicadas na técnica e ciências da natureza).

Ou seja, não nos referimos à necessidade de medir, calcular, prever matematicamente, etc., que ganham o estatuto de cientificidade. Não se trata ainda de negar estes dois universos que perpassam as interações sociais em geral, trazendo-nos

sempre a possibilidade de que estas devam ser operacionalizadas para viabilizar as estruturas desenvolvidas através de ritmos e regulações, mesmo que exista o risco da racionalidade ‘instrumental’ como ideologia (Habermas).

Isto é, reconhecemos a necessidade decorrente de que qualquer relação social não se esgota como processo isolado entre os sujeitos, mas inclui as relações destes com os objetos. Encontramo-nos aqui, do ponto de vista epistemológico, frente às discussões entre ciências da sociedade e da natureza, desenvolvidas pela sociologia do conhecimento (de agrado especialmente dos marxistas de Lukács a Lowi, passando pela Escola de Franckfurt e Habermas), mas também frente às questões colocadas pelo paradigma da ciência clássica descrito por Edgar Morin.

Nos referimos ao corte piagetiano, que nos permite falar em estruturas da ação (do sujeito, agindo sobre a natureza e sobre a sociedade) e dos objetos (causais: da natureza e da sociedade), mas compreendendo (com Marx a partir dos Manuscritos) que a natureza existe conforme as formas de apropriação da ‘sociedade’. Entre estas formas de apropriação, nosso foco é o das ações através do discurso, enfocando a partir destas as outras formas de ações (ver Ferreira, 2001b). Esta ação, em nossa perspectiva, é coordenada através de regulações, mas contém incorporadas, individual e socialmente, níveis diferenciados de operações lógicas (ou de razão). Neste sentido, a razão que deve ser estudada não se refere tanto às relações sujeito e objeto, mas a ação racional porque estruturada pelo sujeito. Caímos aqui na contradição entre razão individual e social, na medida em que uma ação estruturada individual pode não resultar em coordenação entre os indivíduos. A tese de Piaget aqui é clara: há entre as duas dimensões uma correspondência quase unívoca. Trata-se de investigar a sua validade, inserindo-a no entendimento de que as regulações condicionam o conjunto das interações rítmicas e operatórias (veja item 1.1.3, abaixo).

Antes de fecharmos esta crítica à lógica como momento explicativo predominante das interações sociais, é necessário, entretanto, recorrer a outras categorias que poderiam substituir a fragilidade dos grupamentos matemáticos. Uma delas é a das coordenações gerais. Pensamos aqui no conceito de Piaget (1996, p. 18), adaptando-o a nossa perspectiva: possibilidade de chegar ao mesmo objetivo por caminhos diferentes sem que o ponto de chegada seja modificado, e a possibilidade de retorno ao ponto de partida. Esta idéia de coordenação, ao contrário do grupamento, é mais geral e válida para as interações sociais. O primeiro tópico é tema recorrente nas ciências sociais (na economia política, as diversas formas concretas de acumulação; a

variabilidade dos caminhos de transformação social até a sociedade capitalista; etc.). O segundo tópico é mais complicado. O retorno ao ponto de partida só é válido se pensarmos como enunciado retomado para discussão, orientação a ser redefinida, já que na prática social ‘o retorno ao ponto de partida’ implicaria em retornar ao tempo anterior, ultrapassado e irreversível. Neste sentido, não é propriamente um retorno mas uma ultrapassagem temporal que pode ‘falar sobre’ os aspectos e pontos presentes na partida.

Há ainda as estruturas lógicas de Bourbaki. Estas também são mais gerais e consideramos que caracterizam parte do que intuímos como existente nas trocas em listas de discussão. A **primeira** é a reversibilidade por negação. Assim, para uma proposição T existe uma T-1 de tal forma que $T.T-1=0$. Esta reversibilidade por negação é constituinte dos grupamentos de Klein, mas é mais geral. Uma ilustração nas trocas discursivas é o fato de que qualquer enunciado discursivo gera uma proposição que o nega, neutralizando virtualmente as trocas, mas ao mesmo tempo se constituindo no núcleo dinâmico das transformações seriais (ver o conceito de atividade serial em Charaudeau, 1983) desenvolvidas pelos interlocutores. O **segundo** tipo é a rede, onde as relações entre as partes ocorrem por relações tipo ‘sucede’ ou ‘precede’. O **terceiro** tipo é a topológica, caracterizada pelas noções de vizinhança, de continuidade e de limite. As três formas podem estar combinadas.

Ilustramos. Em nossa interpretação, Bourdieu vai utilizar um modelo topológico (social) quando analisa os campos sociais e habitus, estruturados como regulações. O modelo teórico de Charaudeau pode ser compreendido como lógico (a ordem sintagmática e paradigmática da linguagem) e topológico (a atividade serial da linguagem). Mas um ato de linguagem pode, ao mesmo tempo, ser compreendido pela significação em redes (a atividade serial da linguagem). O mesmo podemos pensar sobre o saber social e os dispositivos, etc.

1.2. Regulações: a forma dominante de coordenação social

Considerando a impossibilidade de responder às questões das interações sociais através das soluções lógico matemáticas, nossa proposição é de que, incluindo recorte do tempo nas interações sociais, as estruturas canônicas são as regulações. Assim, quando falamos de interações discursivas trabalhamos com uma perspectiva de análise irredutível a qualquer formato lógico matemático. Como regulações, as interações discursivas estão condicionadas pelo jogo de antecipações e retroações aos atos de linguagens produzidos através da atividade serial da

linguagem(ver o conceito em Charaudeau, 1983). Como ritmos, as interações discursivas podem ser analisadas sob a perspectiva dos rituais.

A importância epistemológica desta interpretação está configurada na experiência que observamos nas ciências sociais, onde a ausência do lógico matemático foi muitas vezes apresentada como ausência de cientificidade. Esta perspectiva é contraditória com a proposta dos Estudos Sociológicos (1983), onde Piaget ainda busca interpretar a vida social como cooperações no sentido lógico e matemático (inclusive sugerindo uma fórmula matemática relativas às trocas). Mas os três artigos publicados como Estudos Sociológicos (1965) são reedições de três artigos que datam de 1941 a 1950, anteriores mais de 15 anos à primeira edição de *Le Structuralisme* (1968).

Porém, em *Le Structuralisme* (1996), mais atual, ele sugere o conceito que apresentamos de regulações das estrutura, e situa vários processos sociais como regulações na medida em que tem a marca diferencial: a temporalidade e admissão da irreversibilidade. Isto nos permite reler os Estudos, abandonando definitivamente a tentativa de matematizar as trocas sociais, e questionando a idéia da lógica (e razão no sentido lógico operatório) como categoria central da estruturação social (Piaget, 1983), mesmo que inclusive o equilíbrio operatório pleno jamais atingido nas trocas reais possa ser identificado em fragmentos das interações sociais, avançando relativamente aos outros níveis de auto-regulação. É a existência de vários tipos de estruturas que permitem análises como a de Levy, sem diferenciação: “Há estruturas, sem dúvida, mas é preciso descrevê-las como são: provisórias, fluidas, distribuídas, moleculares, sem limites precisos” (1994, p. 149). Esta é a características das regulações.

Entretanto, considerando a hipótese de que não há gênese sem estrutura, nem estrutura sem gênese, e que toda a forma é assimilada como conteúdo pelas estruturações posteriores, **pensamos que o movimento entre os níveis ritmo, regulações e operações é circular ascendente. Assim, uma determinada operação transforma-se em ritmo, regulação e nova operações (a formalização que se apropria da anterior como conteúdo). Desenvolvemos nossa proposta de análise das interações micro-sociais em torno destes três conceitos (ritmos, regulações e operações) como processos gerados, transformados e reguladas nas trocas sociais.**

Assim, uma determinada operação, quando repetida, transforma-se em ritmo, e como a sociedade é atravessada por ritmos diferenciados, as interações entre estas temporalidades e procedimentos diversos requer, predominantemente, regulações, através das quais os vários atores sociais individuais e coletivos procuram coordenar as ações

(através de contratos ou, inversamente, conflitos através de suas várias manifestações políticas). Isto é, as regulações são formas através das quais os sujeitos podem se coordenar entre si, viabilizando a integração e diferenciação dos vários subsistemas racionais (subsistemas operatórios específicos), ou ritmos, como condutas naturalizadas.

Este movimento circular ascendente entre ritmos, regulações e operações nos parece evidente nas interações discursivas em listas de discussão. A existência de uma lista é impossível sem os rituais. Exemplo: Beaudouin e Velkovska comentam, entre outros, as ‘atividades rituais de reparação’ (1999, p. 129), através dos quais os interlocutores buscam o restabelecimento da ordem, da normalidade, da convivialidade, sempre ocorre uma crise ou infração das normas implícitas ou explícitas. Em termos de regulação, na impossibilidade de uma previsão lógica e matemática, os sujeitos agem por antecipações (a idéia de um destinatário desconhecido, mas presumido) e feedbacks (do sujeito interpretante, real, retornando ao circuito de fala através de sentidos imprevisíveis). Isto nos indica um caminho de interpretação da cooperação, que discutiremos melhor num tópico específico de discussão comparativa entre análise de discurso e método clínico.

Entender as interações discursivas como regulações nos abre horizontes para compreendermos as trocas entre os indivíduos não apenas sob o rígido algoritmo da reciprocidade e reversibilidade, nem como rituais típicos das sociedades primitivas, mas como jogo social de antecipações e feedbacks, onde as acumulações operatórias e ritmos são negociados, num processo de conflitualidade social. Isto é, as interações discursivas devem ser compreendidas num sentido entrecortado por regulações mais do que por operações e ritmos. A consequência aqui é a necessidade de construirmos um conceito de cooperação social novo, irrestrito aos fechamentos lógicos e operacionais como defendera Piaget nos Estudos Sociológicos (1983) e em outras obras (em particular, em Equilíbrio das Estruturas Cognitivas, de 1977).

À medida que as interações discursivas são ações (pensamos aqui no conceito de atos de linguagem, Charaudeau, 1983) desenvolvidas simultaneamente por vários sujeitos, podemos falar em estruturas quando recortamos e estudamos os sujeitos individuais, ou quando analisamos este sujeito coletivo que se move através de suas leis de transformação, que só existem na medida em que são criadas pelas próprias interações, cuja conservação e continuidade depende da auto-regulação que se estrutura em seu desenvolvimento, etc. Nosso foco é este segundo sujeito, o coletivo, mas cuja compreensão é impossível sem analisar também como a ação individual altera as

interações coletivas (para evitarmos, assim, o retorno da totalidade enquanto emergência como aparece em Durkheim). Como já afirmamos, estas estruturas são irreduzíveis às dimensões lógicas que possuem, na medida em que estão submersas também nas auto-regulações do tipo regulação, que integram inclusive os ritmos.

Retornando à questão das operações. Percebemos que nas interações discursivas em listas de discussão, em estado latente ou explícito, o processo se desenvolve através de operações de reciprocidade e reversíveis por negações, que colocam questões e em questão as formas de regulação até então existentes, compondo assimetricamente um jogo que opera a dinâmica do grupo que se forma. Em que medida estas negações por operações reversíveis constituem novas sínteses, ou modelos heurísticos coletivos capazes de agrupar? Percebemos ainda marcas¹ de reciprocidade e reversibilidade, o que significa reconhecê-las como universo que absorve conteúdos operatórios, mesmo que microscópicos. No primeiro caso, temos, por exemplo, o reconhecimento mútuo como condição das trocas, uma das condições de viabilidade da comunicação. No segundo caso, temos a antítese (reversibilidade como negação) como operação possível que transcorre no desenvolvimento de qualquer afirmação ou posição discursiva. Ou seja, todas interações discursiva compõem-se na tensão entre o ser e o não ser. Na medida em que o fechamento nem sempre ocorre, teremos um retorno às regulações que se desenvolvem sob a batuta, implícita, do conflito operatório não superado.

1.3. As estruturações nas trocas lingüísticas

As estruturas empíricas que estamos estudando são três: o discurso, o dispositivo e o saber. Focamos, preferencialmente, o discurso como fragmentos para compreender o saber e o dispositivo. Queremos compreendê-los em conformidade com os princípios que anunciamos: a totalidade, a transformação e a autoregulação. Afirmamos ainda que a estrutura canônica nas trocas sociais é a regulação, forma moderna que diferencia e integra os ritmos e operações, viabilizando tanto o coletivo cooperativo como as interações rítmicas, numa relação mutuamente condicionada, circular e ascendente. Mas esta aproximação é ainda, em termos de método, distante das categorias sociais concretas em discussão em nossas investigações.

É necessário, primeiramente, definir que estruturas que estamos construindo em termos mais concretos. Nossa formulação é de que os objetos socialmente construídos - a língua, os dispositivos, o saber - são, simultaneamente, estruturas resultantes da ação (do sujeito, incluindo o pensamento) e passíveis de análise sob a lógica dos objetos (as relações causais)⁴, na medida que a ação social se transforma em objetos sociais com

forças equiparáveis aos objetos da natureza. Enfim, como se diz, o discurso tem efeitos. Esta idéia acompanha a discussão que nasce com o marxismo (o capital como relação que se transforma em coisa), mas atravessa toda a discussão positivista dos processos sociais. Nosso foco está orientado para a compreensão destes objetos (relações causais), visando, por este caminho, inferir sobre a própria ação social (coordenações do sujeito), mesmo que estas ocorram sob formas implícitas (na medida em que os efeitos do discurso dependem, em larga medida, da ação dos sujeitos). É importante, portanto, precisar as características desta ação.

Nossa inferência (a partir dos modelos e conceitos desenvolvidos em Piaget em *O desenvolvimento do Pensamento. A Equilibração das Estruturas Cognitivas* (1977), p. 60-85.), é de que ato de linguagem pode ser compreendido como a interação entre ação do sujeito e os sentidos em construção. A construção deste sentido pode mobilizar instrumentos diversos. Seus dois limites: estas interações entre sujeito e sentido podem ocorrer através da linguagem e através de atos sensório e motores. Em segundo lugar, a construção do sentido se desenvolve nas interações sujeito e objeto dialeticamente vinculada às interações entre os sujeitos (que, quando mediatizadas, são principalmente, mas não só, discursivas). Estas duas inferências nos situam numa perspectiva crítica relativamente a Saussure e Pierce, já que para os dois o objeto existe através e no interior dos sistemas de significação. A ação lingüística dos sujeitos se estrutura na medida em que estes passam a desenvolver e conhecer a força das palavras, o posicionamento das categorias gramaticais, o equilíbrio estético, mas também as reações possíveis conforme os destinatários, a variabilidade de mobilização conforme a distância social e psicológica destes, mesmo que sob a forma de saber implícito, etc.

Em nossa perspectiva, este sentido em construção é indissociável das interações dos sujeitos com os objetos do discurso, numa espécie de contraponto dialético ao discurso como objeto. Assim, o valor e a força de uma palavra democracia não dependem apenas de sua inserção no atravessamento de vários sentidos colocados pela noção de discurso enquanto objeto (o seu valor estrutural, a relação que estabelece no interior de outros enunciados concomitantes - a atividade serial -, as imagens dos interlocutores um em direção ao outro, os contratos e estratégias), mas da relação que cada um estabelece com os objetos deste discurso (isto é, inclusive através dos objetos construídos social e psicologicamente, que sobredeterminam a construção dos sentidos: a democracia para um sujeito com pulsão de morte não terá o mesmo valor para outro com pulsões de vida; para um liberal será diferente do que é para um democrata, etc).

Trata-se do saber psico-social dos interlocutores, que preferimos organizar dentro do conceito de habitus.

Assim, mantidas todas as condições discursivas iguais, a mudança dos objetos pode modificar todas as variáveis do próprio discurso. Exemplo: dois interlocutores transita de uma conversa sobre a família para o futebol. As relações de cada um poderá ser diferente em termos operatórios, regulatórios e rítmicos, isto quer dizer que as interações discursivas são alteradas tanto pelas transformações dos objetos do discurso como, dialeticamente, as decorrentes do discurso como objeto. Ou seja, para compreender as relações entre sujeito do discurso e objeto temos que recorrer aos ritmos, regulações e às operações e coordenações (mesmo quando estas são pré-operatórias) relativamente ao próprio discurso mas também a seus objetos.

Portanto, em qualquer ato de linguagem não existe apenas a fala do sujeito mas também objetos em construção, incluindo a própria fala. É assim que, no método, nos perguntamos sobre os efeitos possíveis de cada ato de linguagem sobre a construção do sentido entre os interlocutores, e como, por regulações, buscam novas coordenações da própria ação discursiva visando constituir novos objetos, num vai e vem permanente. Assim, sabemos, que a construção de um objeto de conhecimento está sabidamente condicionado pelas concretização das variáveis contratuais necessárias a viabilização do próprio ato de linguagem (o reconhecimento, a admissão implícita da intencionalidade, etc.).

Tais interações não são estáticas. O equilíbrio da estrutura é sempre, como vimos anteriormente, instável, dinâmico, sendo sua abertura a novas possibilidades de diferenciação e integração, o indicador de sua maturidade. Este processo seqüencial de equilibração seria modelado da seguinte maneira: seria necessário que surja uma perturbação no discurso como objeto ou nos objetos do discurso para, se houver regulação, os sujeitos em interlocução atinjam novos níveis operatórios. Os exemplos podem ser inúmeros: frente a um efeito não intencional sobre o discurso como objeto ou objeto do discurso, o sujeito procura retornar ao ponto de partida da ação, buscando novos ângulos, inclusive ‘formas’ de falar, etc. num retomada permanente até o ponto mais próximo de sua intencionalidade (com frases do tipo “eu quis dizer isto...”).

Em termos coletivos, isto pode ser desvelado na análise de práticas, inclusive discursivas, em torno de marcas compartilhadas. Porém, como afirmamos, a existência destas marcas não resulta numa cooperação plena. Opera aqui a diferenciação decorrente do aspecto social e o psicológico. Optamos pela discussão dos diferenciais

sociais na análise destas construções coletivas. Neste ponto, recorremos a Boudieu para afirmar que mesmo no espaço social onde as trocas tenham atingindo marcas compartilhadas, há diversos sentidos em circulação, expressando a diversidade de posições sociais e os outros mercados em que participam os interlocutores. As regulações são as formas apropriadas para a autoregulação destas diferenças.

Porém, estas estruturas não são observáveis, elas são construídas através da abstração reflexionante num processo indissociável da abstração empírica. Este processo nos remete a discussão metodológica. Antes, porém, queremos resolver as questões de método entre as teorias que reunimos para compreender a produção de conhecimento nas interações discursivas.

1.4. Referências bibliográficas

- BACHELARD, Gaston. Epistemologia. Rio de Janeiro: Zahar.
- BEAUDOUIN, Valérie e VELKOVSKA, Julia. Constitution d'un espace de communication sur internet (forums, pages personnelles, courrier électronique...). In: Internet - un nouveau mode de communication? Paris, Hermes, Réseux, n 97. Paris. 121-177. Foco: interações comunicacionais, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas lingüísticas, 1. Ed. São Paulo: Edusp, 1996.
- BRONCKART, Jean Paul et SCHURMANS, Marie-Noelle. Pierre Bourdieu - Jean Piaget: habitus, schèmes et construction du psychologique. In: LAHIRE, Bernard. La travail sociologique de pierre bourdieu. Paris: 99.
- CHARAUDEAU, Patrick. Langage et discours. éléments de sémiolinguistique (théorie et pratique) . Paris: Classiques Hachette, 1983.
- CHARAUDEAU, Patrick. Langage et société. Papier de travail. Paris: Maison des sciences de l'homme. 1984.
- FERREIRA, Jairo. Formas e campos de conhecimento: âncoras para um dispositivo de formação e de comunicação. In: INTERCOM, Manaus, 2000.
- FERREIRA, Jairo. Linguagem e cognição na perspectiva do discurso. Montevideu, IV Endicom, 2001b.
- HERT, Phillippe. Quasi-oratilité de l'écriture électronique et lien social: la construction du vraisemblable dans les communautés scientifiques. In: Internet - un nouveau mode de communication? Paris, Hermes, Réseux, n 97. Paris. 211-250. Foco: interações comunicacionais.
- LÉVY, Pierre. As tecnologias da inteligência. São Paulo. Editora 34. 1994.
- MARCONDES FILHO, Ciro. Jornalismo. A saga dos cães perdidos. São Paulo: Hacker Editores, 2001.
- PIAGET, J. A formação do símbolo na criança. Imitação, jogo e sonho. Imagem e representação. RJ: Zahar, 1975. PIAGET, J. La formation du symbole chez l'enfant, Neuchâtel: Delachaux et Niestlé (1946). Edição brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- PIAGET, J. Epistemologia genética. 1. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- PIAGET, J. Estudos Sociológicos. Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense, 1973.

PIAGET, J. Le structuralisme. 11. Ed. Paris : Presses Universitaires de France, 11 edição, 1996.

PIAGET, J. O desenvolvimento do pensamento. Equilíbrio das Estruturas Cognitivas. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1977.

PIAGET, J. Recherche sur l'abstraction réfléchissante. Paris: PUF, 1977.